



Croqui de Niemeyer para o Palácio do Congresso Nacional

Oscar Niemeyer

★ 15/12/1907

† 5/12/2012

página 5

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.791 — Brasília, quinta-feira, 6 de dezembro de 2012



Táxi: direito passa de pai para filho

Segue para sanção projeto que estabelece transmissão hereditária de direitos e deveres dos profissionais e obrigatoriedade de autorização pelo poder público

Taxistas lotaram as galerias do Plenário ontem para acompanhar a aprovação, em votação simbólica e unânime, da proposta que beneficia a categoria ao estabelecer regras para transmitir

aos herdeiros a autorização para exercer a atividade, sem a necessidade de licitação pública. Iniciativa do ex-senador Expedito Filho, relatada por Renan Calheiros, foi elogiada por vários senadores. **7**



Moreira Maniz/Agência Senado

Na galeria (no alto), taxistas comemoram a aprovação do projeto pelos senadores

Trabalhador terá R\$ 50 por mês para consumir cultura 4

Aprovados 789 cargos de defensor público da União 4

Política de proteção aos autistas perto de virar lei 5

Audiência debate preço elevado dos carros no mercado brasileiro 6

Recondução de conselheiro do MP será votada após audiência pública 7

Advogado-geral da União admite erro por confiar em adjunto

Luís Inácio Adams prometeu no Senado mudanças na AGU para que casos como o do adjunto José Weber Holanda, indiciado pela Polícia Federal, não se repitam. **8**



Adams (2º à esq.) e o ministro José Eduardo Cardozo (D), também ouvido ontem

Veto presidencial ao texto dos royalties pode ser analisado em regime de urgência 3

Governos e indústrias do Centro-Oeste querem mais incentivos fiscais 2

Alexandra Martins



Senadores e deputados debatem com convidados em audiência sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Centro-Oeste quer incentivo fiscal para desenvolvimento

Em audiência pública, representantes da região sugerem que parlamentares apresentem emenda a medida provisória para possibilitar competitividade como a que foi gerada para Norte e Nordeste

REPRESENTANTES DO SETOR produtivo do Centro-Oeste e dos governos da região pediram ontem que a Medida Provisória 581/12, que trata do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), receba emenda estendendo os mesmos incentivos fiscais existentes para o Norte e o Nordeste. Na audiência da comissão mista criada para analisar a MP, disseram que a região carece de infraestrutura para se tornar competitiva. O colegiado tem como vice-presidente a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

— Perdemos financiamentos quando temos que competir com Norte e Nordeste, onde os incentivos federais pesam muito na hora de grandes empresas se estabelecerem — explicou Tereza Cristina Dias, secretária

de Desenvolvimento Agrário, Produção, Indústria, Comércio e Turismo de Mato Grosso do Sul.

O pedido foi reforçado pela assessora jurídica da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Marilda Rodrigues, e pelo secretário de Indústria e Comércio de Goiás, Alexandre Baldy. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) já apresentou emendas estendendo os incentivos ao Centro-Oeste.

Os convidados defenderam a autonomia da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Pela MP, as decisões da Sudeco têm de ser submetidas ao ministro da Integração Nacional e ao Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Diretor-superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado disse que a MP tem

pontos que divergem da lei que criou a superintendência.

Outro ponto defendido foi a criação de um banco de desenvolvimento para o Centro-Oeste e a utilização do Banco de Brasília (BRB) como um dos agentes operadores do FDCO. Os secretários de Goiás e de Mato Grosso do Sul disseram entender que este não é o momento econômico para criação de um novo banco, mas fizeram apelo para que não se deixe a ideia morrer.

A Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás anunciou que está preparando estudo sobre transporte que fará um diagnóstico do setor na região.

Terça-feira o relator da MP, Delcídio do Amaral (PT-MS), deve apresentar relatório. A MP precisa ser votada até o dia 28 de fevereiro.

Cristovam propõe sistema único de educação

Ao encerrar o ciclo de debates sobre a responsabilidade do governo federal na educação básica, promovido pela Comissão de Educação (CE), Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a criação de um sistema único para a educação brasileira, inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS).

O novo sistema, a seu ver, deveria garantir a todas as crianças acesso a escolas com

as mesmas características e equipamentos, além de professores inseridos num mesmo plano de carreira.

— Precisamos nacionalizar a educação das crianças. Este ciclo de debates nos ajudou a discutir como fazer a revolução educacional do Brasil — disse.

A proposta de estabelecimento de um sistema único foi elogiada, durante a audiência, pela diretora-executiva do

Instituto Inhotim, Roseni Sena. Ex-professora de enfermagem que se definiu como “cuidadora na educação e na saúde”, ela recordou haver participado da criação do SUS e ressaltou o papel do sistema no estímulo à formação de recursos humanos para unidades de saúde em todo o país.

— Se fizemos isso na saúde, por que não podemos fazer na educação?

Marcos Oliveira / Agência Senado



Cybele Amado, do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, senador Cristovam e Roseni Sena, do Instituto Inhotim

Nascimento pede Zona Franca de Manaus fora da unificação do ICMS

Alfredo Nascimento (PR-AM) pediu apoio para a aprovação da proposta do governo de excluir a Zona Franca de Manaus da unificação da alíquota do ICMS interestadual. A medida, anunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem como objetivo pôr fim à guerra fiscal.

— Caso a Zona Franca de Manaus fosse incorporada na unificação de 4% do ICMS, meu estado perderia uma receita de 75% da arrecadação vinda do setor industrial — afirmou.

O senador destacou que na década passada, quando o país sofria consequências do longo período de baixo crescimento, a indústria de Manaus cresceu 67% entre 2003 e 2010.

— O futuro da zona franca está ligado ao tratamento diferenciado dado pelo governo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Luiz Henrique defende que parte de dívida paga volte aos estados

Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que o Brasil precisa crescer 5% ao ano — percentual que ele considera o mínimo necessário para a geração de emprego, satisfação social e melhoria das condições de vida da população.

Para isso, afirmou, é preciso desafogar os estados e transformar um quinto das dívidas deles com o Tesouro Nacional em investimentos diretos em infraestrutura.

Luiz Henrique citou o PLS 335/11, de autoria dele, no qual propõe que 20% das prestações mensais da dívida pública mobiliária sejam aplicadas pelos estados em programas de investimentos em educação, saúde, segurança, infraestrutura, tecnologia e inovação. A proposta está na Comissão de Educação (CE).



Waldemir Barreto/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO Precatórios**
14h Na pauta, análise de proposta de emenda à Constituição que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até 31 de dezembro.
- ▶ **PRESIDÊNCIA Logística**
11h José Sarney participa de cerimônia do anúncio do Programa de Investimentos em Logística: Portos, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside ordem do dia.
- ▶ **CRA Agricultura familiar**
8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que autoriza subvenção econômica para agricultores e empreendedores familiares rurais com práticas de conservação ambiental.
- ▶ **CDH Exploração sexual de crianças**
9h Audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, com presença da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário.
- ▶ **CI Pista para motociclistas**
9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura analisa projeto que prevê a implantação de faixa ou pista exclusiva para motocicletas em vias de grande circulação.

- ▶ **CMA Venda de pareceres**
9h O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, presta esclarecimentos à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre suposto esquema de venda de pareceres.
- ▶ **CRE Embaixadora para a Alemanha**
10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina indicação de embaixadora para a Alemanha. Também na pauta requerimento de voto de aplauso ao presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, pela disposição de promover diálogo com as Farc.
- ▶ **CMO Admissibilidade de emendas**
10h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se no Plenário 2 da Câmara e pode votar o relatório de diretrizes e orientações do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas.
- ▶ **CPI DA MULHER Visita ao Pará**
A comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher faz diligências em órgãos de atendimento especializado em Belém e encontra-se com o movimento de mulheres do Pará.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Após reunião com Sarney, senador Wellington Dias diz ter recebido do presidente do Senado garantia de que pedido pode ser apreciado na próxima reunião do Congresso

Veto de Dilma sobre royalties pode ser analisado em regime de urgência

O GRUPO DE parlamentares favoráveis ao exame do veto à lei dos royalties do petróleo já possui a quantidade necessária de assinaturas para requerer urgência na realização de sessão do Congresso destinada a analisar a matéria, afirmou Wellington Dias (PT-PI), logo após reunião com o presidente do Senado, José Sarney.

O projeto que estabeleceu nova divisão dos royalties foi vetado parcialmente pela presidente Dilma Rousseff para “preservar direitos contratuais”, o que frustrou os interesses dos estados não produtores de petróleo. A ideia, segundo Wellington Dias, é que o requerimento seja apresentado já na próxima sessão conjunta das duas Casas do Congresso, marcada para terça-feira.

— Fui informado que já há mais de 50% das assinaturas na Câmara e no Senado. Sarney disse que, como presidente do Congresso, está autorizado a convocar a sessão para exame do veto na oportunidade em que o requerimento for apresentado — afirmou Wellington.

Da reunião com Sarney, participaram outros parlamentares e representantes de 24 estados não produtores.

Único parlamentar ligado aos estados produtores a participar da reunião, o deputado Alessandro Molon (PT-RJ) classificou uma possível derrubada do veto de “erro grave”, que levará



Vital do Rêgo, Wellington Dias, Waldemir Moka com representantes de estados não produtores, em reunião com Sarney

a judicialização da disputa.

— Com isso, todo o país perde, a educação perde e também os estados que querem ganhar, porque, se todo o processo for levado para o Supremo, vai atrasar e muito a distribuição de quaisquer royalties do petróleo — disse.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) lembrou que, assim como a presidente Dilma tem o direito de vetar, ao Congresso cabe apreciar os vetos.

— É o que legitimamente estamos tentando fazer — disse.

Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor do substitutivo que vincula a distribuição de royalties aos critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), informou que o Senado já conta com 48 assinaturas, 7 a mais do que as necessárias.

Na Câmara, os parlamentares que apoiam o pedido de urgência teriam superado o mínimo necessário: 257.

O pedido de urgência permitirá prioridade ao tema dos royalties sobre muitos outros vetos presidenciais à espera de análise pelo Congresso.

Wellington acrescentou que os representantes dos governadores de estados não produtores de petróleo e dos coordenadores de bancada pediram a Sarney que a sessão destinada a analisar veto seja realizada antes do recesso parlamentar. Informou ainda que durante a reunião Sarney informou ter recebido manifesto em que vários governadores afirmam que o volume de recursos de royalties e participação, tanto das áreas já licitadas quanto

das em licitação, deverá ser superior ao necessário para dobrar os investimentos no setor de educação e, por isso, eles pedem a destinação do excedente para as áreas de saúde, segurança e meio ambiente.

À Rádio Senado, Sarney disse que o requerimento de urgência está previsto no Regimento Interno e que, havendo número suficiente de parlamentares na sessão, poderá ser votado.

Aids

Em Plenário, Wellington comemorou o anúncio de que uma equipe de cientistas brasileiros, liderada por Luiz Pianowski, está desenvolvendo medicamento, extraído da planta avelós (*Euphorbia tirucalli*), para tratamento da aids.

Congresso deve votar MP da Educação até 13 de março

Foi anunciada ontem a composição da comissão mista que analisará a Medida Provisória 592/12, com novas regras para a distribuição e aplicação dos royalties do petróleo. Pelo cronograma de atividades anunciado, a MP deve ser votada até 13 de março de 2013.

A comissão mista será instalada hoje e receberá até domingo emendas à medida. Da comissão, o texto vai para a Câmara, onde deverá ser apreciado até 9 de fevereiro de 2013. Depois, segue para o Senado, que tem prazo até 23 de fevereiro para votá-lo. O projeto entra então em regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 27 de fevereiro, e deve ser votado até 13 de março.

REPRESENTANTES DO SENADO NA COMISSÃO MISTA

► **TITULARES:** • Renan Calheiros (PMDB-AL) • Francisco Dornelles (PP-RJ) • Paulo Davim (PV-RN) • Vital do Rêgo (PMDB-PB) • Ana Amélia (PP-RS) • Walter Pinheiro (PT-BA) • Acir Gurgacz (PDT-RO) • Lídice da Mata (PSB-BA) • Inácio Arruda (PCdoB-CE) • Alvaro Dias (PSDB-PR) • José Agripino (DEM-RN) • Cidinho Santos (PR-MT) • Eduardo Amorim (PSC-SE) • Gim (PTB-DF) • Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) •

► **SUPLENTES:** • Romero Jucá (PMDB-RR) • Sérgio Souza (PMDB-PR) • Waldemir Moka (PMDB-MS) • Ricardo Ferraço (PMDB-ES) • Casildo Maldaner (PMDB-SC) • Alfredo Nascimento (PR-AM) • Armando Monteiro (PTB-PE) • João Costa (PPL-TO) • Eduardo Lopes (PRB-RJ) • Wellington Dias (PT-PI) • Pedro Taques (PDT-MT) • Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) • Jayme Campos (DEM-MT) • Paulo Bauer (PSDB-SC) •

Inácio Arruda elogia vinculação de recursos do petróleo à educação



Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou ontem a edição da Medida Provisória (MP) 592/12, que destina à educação 100% dos royalties de contratos futuros de exploração de petróleo e 50% do Fundo Social.

O senador comparou a medida à Emenda Calmon, que em 1983 definiu percentuais mínimos de investimento no setor. Ele pediu que a pressão de estudantes, professores e profissionais da área continue para a aprovação da MP no Congresso.

Inácio ressaltou, no entanto, que os méritos da medida provisória não se confundem com o veto da presidente Dilma à redistribuição dos royalties referentes a contratos já firmados.

Cristovam é favorável a MP, mas pede clareza na destinação do dinheiro



Cristovam Buarque (PDT-DF) cumpriu ontem a presidente Dilma Rousseff pela edição da MP 592/12. Ele argumentou, entretanto, que a norma deve ser aprimorada.

O senador alertou para o artigo que direciona os royalties ao “desenvolvimento da educação”.

— Um prefeito pode colocar nessa rubrica o dinheiro que usar para colocar asfalto na rua onde tem uma escola, ou água e esgoto na rua onde tem uma escola. É muito genérico.

Cristovam também anunciou intenção de, junto com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentar emenda prevendo a distribuição de royalties proporcional ao número de crianças nas escolas de estados e municípios.

Medida é fundamental para desenvolvimento a longo prazo, diz Lindbergh



A MP 592/12 será fundamental para dar sustentabilidade ao desenvolvimento do país no longo prazo, avaliou ontem o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), em pronunciamento no Plenário.

— A decisão corajosa e histórica [da presidente Dilma] de investir royalties do petróleo em educação representa a decisão de incluir nossa nova classe média e o país nas utopias do futuro — disse.

Citando países ricos em reservas de hidrocarbonetos que não souberam aplicar a riqueza proveniente da extração de petróleo, Lindbergh disse que o Brasil teve a vantagem de descobrir tardiamente suas jazidas. Com isso, afirmou, pôde aprender com os “trágicos erros” dos outros.

João Costa compara Dilma à princesa Isabel e decisão à Lei Áurea



Ao cumprir ontem a presidente Dilma Rousseff pela edição da MP 592/12, João Costa (PPL-TO) classificou a decisão como uma “nova Lei Áurea”.

— A presidente escreve seu nome na história do Brasil ao lado de grandes personalidades como a princesa Isabel — afirmou.

Para o senador, a educação precária representa “verdadeira escravidão” para o povo brasileiro, que demanda um salto qualitativo em conhecimento.

— Podemos até questionar a distribuição dos royalties entre os estados produtores e os não produtores. Entretanto, em nenhuma hipótese podemos deixar de vincular o valor respectivo à educação — disse.

Eduardo Amorim destaca incentivo ao Pacto pela Alfabetização



Eduardo Amorim (PSC-SE) destacou em pronunciamento ontem a edição, pelo governo federal, de outra medida provisória relacionada à educação. A MP 586/12 trata do apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

O senador lembrou que o Brasil apareceu recentemente em 39º lugar em um ranking internacional que apontou os melhores sistemas de ensino em 40 países.

— A qualidade da educação é muito baixa e essa disfunção faz com que o país fique para trás em relação aos países avançados e àqueles com desenvolvimento similar — avaliou Amorim.

Plenário aprova vale-cultura de R\$ 50 para trabalhador

Empresas que derem o benefício a funcionários deverão ter valor descontado do Imposto de Renda; vale poderá ser usado na compra de livros, DVDs e entradas para cinema e teatro

EM VOTAÇÃO SIMBÓLICA, o Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que concede um vale-cultura de R\$ 50 mensais para o trabalhador cujos direitos sejam regidos pela CLT e que ganhe até cinco salários mínimos (PLC 114/12).

O dinheiro poderá ser gasto na compra de livros, DVDs e ingressos para espetáculos. O projeto é de autoria da deputada federal Manuela d'Ávila (PCdoB-RS).

Antes da votação no Plenário, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) leu o relatório do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), favorável à aprovação do projeto.

O relatório informa que “o vale-cultura promoverá a universalização do acesso

e fruição de bens e serviços culturais, estimulará a visitação a estabelecimentos e serviços culturais e artísticos e incentivará o acesso a eventos e espetáculos”, aumentando, assim, a demanda agregada pela indústria de cultura.

Imposto de Renda

O projeto havia sido aprovado também ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). Ali, o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), entendeu que o PLC 114/12, além de aproximar o trabalhador de eventos culturais, gera emprego e renda “por meio de um maior e mais democrático desenvolvimento da economia da cultura”.

Eunício acrescentou que o projeto permitirá ao empregador fornecer aos trabalhadores um benefício dirigido

ao consumo de bens e serviços culturais, cujo valor será deduzido do Imposto de Renda devido pela pessoa jurídica.

De acordo com Eunício, o texto é idêntico ao Projeto de Lei 5.798/09, do Executivo, que resultou de estudo do Ministério da Cultura com base em contribuições de artistas, criadores e entidades culturais.

Na semana passada, na promulgação da Emenda Constitucional 71, que criou o Sistema Nacional de Cultura, a ministra da Cultura, Marta Suplicy, instou os senadores a aprovar com rapidez o projeto do vale-cultura, por considerá-lo um instrumento capaz de provocar uma “revolução no país”.

Pessoas que ganham até cinco salários mínimos, salientou a ministra, passarão a ter acesso a cinema, livros, DVDs e peças de teatro.

Projeto incentiva recuperação florestal de assentamentos

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto (PLC 99/12) que incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, áreas desapropriadas e terras degradadas de posse de agricultores familiares. A intenção é garantir alternativa econômica e de segurança alimentar e energética, por meio de atividades agroflorestais sustentáveis.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) já oferece algumas linhas de crédito para áreas degradadas. Pelo projeto, haverá abertura de linhas derivadas dos fundos nacionais de Mudanças do Clima, da Amazônia, do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Florestal.

O projeto segue para as Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente.

Comissão aprova contrato de parceria para produtor rural

Direitos e deveres de produtores rurais e agroindústrias em contratos de parceria de produção integrada estão definidos em projeto (PLS 330/11), de Ana Amélia (PP-RS), aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta segue para votação final na Comissão de Agricultura (CRA). O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), diz que o objetivo é conferir garantias ao elo mais fraco da relação.

Quatro emendas de Ana Rita (PT-ES) foram rejeitadas e ela critica o texto.

— Trabalhadores, produtores e integrados não foram ouvidos e eles serão afetados caso o projeto seja aprovado do jeito que está.

Gurgacz, que preside a CRA, se comprometeu a ouvir os trabalhadores rurais.

Análise de proibição a uso de cartão de crédito para pagar jogos de azar é adiada

Um pedido de vista coletivo levou ao adiamento da votação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) da proposta que proíbe o uso de cartões de crédito emitidos no Brasil para pagamento de apostas em jogos de azar e aquisição de pornografia infantil na internet.

O projeto com esse objetivo (PLS 121/08) é de autoria do senador Magno Malta (PR-ES) e tramita em conjunto

com o PLS 255/09, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), senador licenciado. A proposta voltará a ser debatida na próxima reunião do colegiado.

No relatório, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) recomenda a aprovação do PLS 121/08 sob o argumento de que é oportuno e inovador, por dificultar e até mesmo impedir a prática de ilícitos pela internet, mas propõe a rejeição do PLS 255/09.

Randolfe se diz contra redução da maioria penal

Apesar de confirmar a autenticidade de sua assinatura, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) negou ter dado apoio consciente à proposta de emenda à Constituição de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos para crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo (PEC 33/12).

— O senador Aloysio merece de mim toda consideração, mas, conscientemente, eu não assinaria proposta de PEC que tivesse redução da maioria penal. No Twitter, eu disse que não assinei nem autorizo o uso do meu nome em apoio a qualquer PEC dessa natureza. Essa foi a posição, mas a matéria veiculada no UOL faz uma ilação entre o que eu disse e a palavra falsificação, que não foi por mim utilizada.

Senadores criticam adiamento da votação do fator previdenciário

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jayme Campos (DEM-MT), criticou o adiamento da votação, na Câmara, do projeto que acaba com o fator previdenciário.

O presidente da Câmara, Marco Maia, acertou com líderes a formação de uma comissão especial para analisar o assunto, o que adia a votação ao menos até março.

Jayme considerou “falta de respeito com o trabalhador brasileiro” o adiamento da votação.

Ana Amélia (PP-RS) observou que o texto em exame pelos deputados é consenso entre os líderes sindicais.

Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto original, disse ter sido pego de surpresa pelo adiamento, uma vez que esperava a aprovação do fim do fator até o final deste ano.



Renan, Alvaro, Braga, Vital e Jayme na sessão que aprovou benefício a trabalhador que ganha até cinco salários mínimos

Defensoria Pública terá mais 789 vagas

O Plenário aprovou ontem o projeto que cria 789 cargos de defensor público no quadro da Defensoria Pública da União (PLC 116/12).

Na justificativa da proposta, o Executivo destaca que a DPU presta serviços relevantes à sociedade, sobretudo aos mais

necessitados — orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos. No entanto, a instituição estaria com quantitativo de servidores defasado, se comparado ao número de atendimentos em todo o país.

Após a votação da matéria, que segue para sanção presidencial, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou:

— É um projeto que defende o povo brasileiro. A maioria esmagadora do povo ainda não tem os meios adequados de defesa.

Suplicy: governo se empenha em resolver déficit habitacional

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou os números do Programa Minha Casa, Minha Vida divulgados pelo Palácio do Planalto. Segundo o governo, o programa já entregou 1 milhão de moradias e tem mais 2 milhões de casas contratadas.

— Isso está sendo objeto de um empenho muito grande. Até 2014, é meta do governo chegar a 3,4 milhões de casas contratadas — disse.

O senador lembrou ainda o anúncio, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de novas medidas de estímulo para o setor de construção.

Para Ana Rita, programa dinamiza construção civil

Ana Rita (PT-ES) destacou a entrega de 1 milhão de moradias dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, marca comemorada em cerimônia no Palácio do Planalto.

A senadora afirmou que o Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, contribuiu para o avanço da cidadania. A iniciativa, acrescentou, transformou a construção civil em um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira.

Gurgacz pede a Ibama que libere aplicação de inseticida por avião

Acir Gurgacz (PDT-RO) protestou contra a portaria editada em agosto pelo Ibama que proibiu a aplicação de inseticidas por via aérea em qualquer tipo de cultura agrícola.

— Há pouco tempo, o Brasil importava algodão. Hoje, é exportador. Se não pudermos deixar que nossos agricultores possam aplicar esses inseticidas mediante aeronaves, teremos um prejuízo muito grande — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Morre, aos 104 anos, arquiteto Oscar Niemeyer

Ele foi autor de grandes obras da arquitetura moderna, como o Congresso Nacional, o Palácio da Alvorada e o edifício Copan; deixa construções também na África e na Europa

“O MAIS IMPORTANTE não é a arquitetura, mas a vida, os amigos e este mundo injusto que devemos modificar.” Essa foi uma das famosas frases de Oscar Niemeyer, um dos nomes mais influentes na arquitetura moderna internacional e pioneiro na exploração de novas formas de construções e plásticas do concreto armado.

Niemeyer morreu ontem à noite, no Rio, aos 104 anos. Ele estava hospitalizado, com uma infecção respiratória. O velório será realizado hoje, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Nascido no Rio, em 15 de dezembro de 1907, Niemeyer formou-se em Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes. Casou-se com Annita Baldo, com quem teve sua única filha, Anna Maria. O arquiteto ficou viúvo em 2004. Dois anos mais tarde, casou-se com sua secretária, Vera Lúcia Cabreira.

Niemeyer começou a frequentar o escritório de Lucio Costa em 1934. Em 1936, participou da comissão formada para definir os planos da sede do Ministério da Educação e Saúde, no Rio, sob supervisão



O arquiteto Oscar Niemeyer visita em 2003 o Palácio da Alvorada, uma de suas construções mais célebres em Brasília

de Le Corbusier.

Entre 1940 e 1944, projetou, por encomenda do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha.

Em 1947, foi convidado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a participar da comissão de arquitetos encarregada de definir a futura sede do órgão em Nova York.

Em 1956, a convite do presidente JK, começou a participar da construção de Brasília, cujo plano urbanístico foi confiado a Lucio Costa. Em 1958, Niemeyer foi nomeado arquiteto-chefe da nova capital e transferiu-se para Brasília, onde permaneceu até 1960. É dele, por exemplo, o Palácio do Congresso Nacional.

Em 1972, abriu um escritório

em Paris. Realizou um grande número de projetos no exterior, como a sede do Partido Comunista Francês, em Paris, e a Universidade de Constantine, na Argélia. Sobre as obras feitas em Brasília, Niemeyer disse:

— Quem for a Brasília pode não gostar dos palácios, mas não pode dizer que viu antes coisa parecida. E arquitetura é isso: invenção.

Militante social, ele era filiado ao PCB e amigo de Fidel

Niemeyer destacou-se não só pelas obras arquitetônicas, mas também por suas posições políticas, a partir do momento em que decidiu se filiar ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1945. Nesse percurso, fez amizades com vários líderes comunistas, incluindo Fidel Castro e Luiz Carlos Prestes.

Durante alguns anos do regime militar brasileiro, Niemeyer autoexilou-se na França. Da Europa, partiu

para a União Soviética, onde teve encontro com líderes comunistas.

Em 2007, Niemeyer apresentou Fidel Castro com uma escultura considerada anti-americana: uma figura monstruosa ameaçando um homem que se defende empunhando uma bandeira de Cuba.

Num discurso feito em 2007, o dirigente cubano citou o amigo Niemeyer:

— Penso como Niemeyer, que se deve ser consequente

até o final.

Essa frase foi repetida por Fidel em sua carta de renúncia, datada de 18 de fevereiro de 2008, quando foi sucedido por seu irmão Raúl Castro no comando de Cuba.

Além do engajamento partidário, Niemeyer tratou de temas políticos em artigos, crônicas, romances e contos que escreveu. No livro *Sem Rodeios* (2006), os personagens criados pelo arquiteto falam de diversos assuntos, entre os

quais a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Suas opiniões a respeito de política também foram expostas em numerosas crônicas publicadas na imprensa. No livro *O Ser e a Vida*, Niemeyer reflete sobre a importância da literatura na formação do homem e na construção de um país mais justo. Nessa obra, o arquiteto publica uma carta enviada por Fidel, a quem cita no livro como “exemplo heroico para a juventude”.

“O maior artista”

Leia, a seguir, a nota divulgada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, sobre Oscar Niemeyer:

Oscar Niemeyer marca um tempo da história do Brasil. Oscar foi o maior artista brasileiro, um personagem extraordinário, uma pessoa humana excepcional. Sua personalidade tem duas faces principais. A primeira é a sua coerência de artista, com uma obra que se afirmou na beleza, na busca constante do que ele chamava de invenção. Essa visão que descobriu no Palácio dos Doges, em Veneza, os princípios construtivos explorados no limite das possibilidades, que permitiu que fizesse os maiores vãos que a arquitetura conhece e, ao mesmo tempo, conseguisse a completa intimidade da Casa das Canoas, essa obra-prima de integração com a natureza. O respeito e a espontaneidade do traço, estabelecendo um sentimento permanente do novo.

Outro aspecto foi sua coerência humana. Jovem ainda, optou por se dedicar ao socialismo, a mais generosa das opções da história da política. Foi comunista, enquanto existiu o Partido Comunista; continuou comunista, depois que desapareceu o Partido Comunista. Sua crença na necessidade de uma solidariedade absoluta, sua dedicação à amizade e à vida foram uma das grandes lições de nosso tempo.

Tive o privilégio de conviver com Oscar Niemeyer. Presidente da República, chamei-o de volta a Brasília, onde recriamos o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e fizemos várias obras.

Se a arte brasileira tem seu reconhecimento internacional, é na extraordinária presença que Oscar Niemeyer deixa no mundo inteiro, com seu gênio e sua capacidade de invenção e de reinvenção a qualquer tempo.

José Sarney

Davim pede Polícia Federal em investigação no Rio Grande do Norte



Paulo Davim (PV-RN) pediu a interferência do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que a Polícia Federal

auxilie na investigação dos desaparecimentos de cinco crianças, ocorridos entre 1998 e 2001 no Rio Grande do Norte.

A CPI que investiga tráfico de pessoas esteve segunda-feira em Natal para debater o assunto em audiência pública. Em 14 anos, 13 delegados passaram pela investigação, que nunca chegou a uma conclusão.

Suplicy destaca renda básica em Santo Antônio do Pinhal



Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou o Ministério de Relações Institucionais em que saúda o gover-

no pela liberação de emenda de sua autoria, no valor de R\$ 1 milhão, para o Fundo Municipal de Renda Básica de Cidadania de Santo Antônio do Pinhal (SP).

O senador disse que o município é o primeiro a aprovar uma lei para instituir o benefício. Serão alcançados os residentes na cidade há pelo menos cinco anos.

Vanessa cita avanço no combate à desigualdade de gênero



Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) destacou o relatório do Fórum Econômico Mundial que apontou o

avanço do Brasil no ranking de desigualdade de gênero, passando do 82º para o 62º lugar entre 135 países. A lista é liderada pela Islândia. Segundo a senadora, Bolívia, Argentina, Equador e Venezuela obtiveram índices melhores.

— Muito ainda resta para fazermos, mas o avanço mais expressivo em um ano mostra que estamos no caminho certo.

Aprovada política nacional de proteção aos direitos dos autistas

O Senado aprovou ontem a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 168/11, de autoria da Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por Paulo Paim (PT-RS), estabelece os direitos fundamentais

do autista e o equipara às pessoas com deficiência para todos os efeitos legais.

O texto tem como base sugestão da Associação em Defesa do Autista (Adefa) e agora segue para sanção. A política nacional deverá articular as ações da União, estados, Distrito Federal e municípios.

PROJETO QUE DÁ LICENÇA E SALÁRIO INTEGRAL A GESTANTE DE RISCO PASSA EM DECISÃO FINAL NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão final, projeto que garante licença remunerada à mulher cuja gravidez seja de alto risco. A proposta (PLS 237/12), da senadora licenciada Marta Suplicy (PT-SP), exige comprovação por laudo

médico. E concede à mulher o pagamento do auxílio-doença no valor integral do salário durante o período em que a gestação for considerada de risco. De 15% a 20% das gestações incluem-se nessa situação, segundo a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Preço do carro subiu 39% em 10 anos, aponta debate

Audiência na CAE também revelou que o Brasil tornou-se importador de autopeças e só este ano já perdeu 14 mil empregos no setor. Senadores lamentaram ausência de representantes da Anfavea

O PREÇO MÉDIO do carro no Brasil subiu 39% nos últimos dez anos. O dado é da Agência AutoInforme, que ontem foi representada pelo jornalista Joel Leite em audiência pública sobre o valor dos veículos no país, realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— Nada justifica o preço do carro brasileiro em relação ao resto do mundo — disse.

De acordo com o representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Luiz Carlos Mandelli, o aumento não pode ser atribuído ao setor.

Mandelli explicou que, desde 2007, as montadoras passaram a importar autopeças

do mercado asiático, prejudicando a indústria nacional.

— Até 2007, o Brasil exportava autopeças. De 2008 pra cá, saímos do balanço positivo. Este ano, estamos negativos em US\$ 6 bilhões e perdemos 14 mil empregos — contou.

Para alterar o cenário, ele cobrou do governo uma política de nacionalização de peças no âmbito do Inovar-Auto, programa de incentivo ao setor automotivo.

Segundo a representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Margarete Gandini, o programa pretende conferir aos carros fabricados no país maior competitividade, tecnologia, segurança e eficiência energética.

— A adesão das empresas é voluntária. Todas que quiserem produzir veículos no país podem se habilitar — disse.

Margarete informou que o Brasil é o sétimo maior fabricante mundial de automóveis. Com a ampliação do número de fabricantes instalados no país, a expectativa do governo é a queda nos preços.

Ana Amélia (PP-RS), que requereu a audiência pública, e Lobão Filho (PMDB-MA), que presidiu a reunião, lamentaram que a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), convidada para o encontro, não tenha enviado representante. Para eles, a entidade é protagonista na discussão.

Preços de veículos podem baixar, diz Ana Amélia

Para Ana Amélia (PP-RS), é possível reduzir os preços dos carros para os consumidores. A senadora disse que um dos caminhos é diminuir a margem de lucros das montadoras, que hoje é de 10%. Nos Estados Unidos, por exemplo, gira em torno de 3%.

A redução, de acordo com Ana Amélia, passa pela alteração da chamada Lei Ferrari (Lei 6.729/79), que restringe a competição no setor. Ela citou audiência pública sobre o tema realizada no Senado:

— O representante do Ministério Público Federal foi bem claro ao alertar que é necessário que ela [a Lei Ferrari] seja revogada inteiramente ou parcialmente para favorecer os consumidores — disse.



José Cruz/Agência Senado

Armando pede urgência na reforma do ICMS

Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu a reformulação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O senador lembrou que existem 27 leis estaduais sobre o tema, o que gera insegurança jurídica, paralisando os investimentos.

Armando explicou que o ICMS é o principal tributo do país, com arrecadação equivalente a 7% do PIB, mas observou que, ao longo de 46 anos, sofreu distorções que o afastaram da concepção original.

— O ICMS, concebido como imposto de valor adicionado, passou a ser usado intensivamente como um instrumento quase que exclusivo de atração de empreendimentos, para promover o desenvolvimento regional.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jucá defende ampliação do regime de lucro presumido das empresas

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu projeto de lei de autoria dele que amplia o limite de receita bruta total das empresas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda.

O PLS 317/12 está na Comissão de Assuntos Econômicos.

— É importante que tenhamos efetiva condição de simplificar tributos e dar condições aos empresários de utilizar um sistema simplificado, para que não tenham que fazer malabarismos de criar empresas porque ultrapassaram o limite do lucro presumido — afirmou.

Jucá disse que é importante estimular a produção e a atuação dos empresários.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo afirma que empresários devem se aproximar da política

Casildo Maldaner (PMDB-SC) chamou a atenção para a realização, ontem, do Fórum Parlamentar Catarinense.

No evento, empresários da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina deram aos senadores e deputados federais catarinenses um panorama do desenvolvimento industrial no estado.

— A aproximação de empresários com a política é de vital importância para que sejam alcançados objetivos comuns de crescimento. A indústria tem papel relevante na economia, mas tem enfrentado cenário difícil.

Apesar disso, Casildo afirmou que os industriais estão otimistas, conforme indicativo da Confederação Nacional da Indústria (CNI).



Waldemir Barreto/Agência Senado



Luiz Carlos Mandelli, Andrey Goldner, Antonio Fonseca, Lobão Filho, Margarete Gandini e Joel Leite na audiência

Brasileiro paga mais por mesmo modelo

O brasileiro em busca de um carro novo está “comprando mal” em relação ao resto do mundo, ressaltou Lobão Filho. Um exemplo apresentado por mais de um dos convidados para o debate é o modelo Corolla, da Toyota. O veículo é vendido nos Estados Unidos por US\$ 16.200; na Argentina, por US\$ 21.600; e, no Brasil, por US\$ 28.600.

Luiz Carlos Mandelli, do Sindipeças, lembrou que a carga tributária no Brasil é mais elevada que nos Estados Unidos — 36% contra cerca de 9%. Além disso, a margem de lucro das montadoras é de 3% lá e de 10% aqui.

Os custos de produção norte-americanos, tirando tributos e margem de lucro, respondem por 88% do preço contra 58% no caso brasileiro.

Para Antonio Carlos Fonseca, coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, do Ministério Público Federal, a explicação para a discrepância de preços tem relação com o marco regulatório do setor. Ele sugeriu a imediata revogação da chamada Lei Ferrari (Lei 6.729/79), que, a seu ver, amarra a competição, elevando preços.

Pela norma, a distribuição deve ser feita por concessão comercial entre produtores

e distribuidores, que, por exemplo, não podem vender veículos de outros fabricantes.

— A lei é ruim para a liberdade de mercado — avaliou Fonseca.

Ana Amélia informou que é autora de um projeto (PLS 402/12) que altera a Lei Ferrari para promover a concorrência de preços e o melhor atendimento pós-venda.

Andrey Goldner, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, ressaltou que, apesar das críticas à política de preços das montadoras, não há indícios de ações anticompetitivas no mercado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Filhos de taxistas herdarão direito de exercer atividade

Senado aprovou ontem projeto que estabelece a transmissão de direitos e obrigações. Texto, que segue para sanção, também determina que contrato entre autônomo e auxiliar não cria vínculo empregatício

O SERVIÇO DE táxi será prestado somente após autorização do poder público, e o direito de exercer a atividade de taxista será transmitido aos herdeiros. É o que estabelece o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 253/09, do ex-senador Expedito Júnior, aprovado ontem, por unanimidade, em votação simbólica no Plenário. A proposta segue à sanção.

O direito de filhos continuarem a atividade dos pais, explicou o relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), se refere tanto a direitos como a obrigações.

— Com a autorização, haverá simplificação, racionalização e controle da atividade, que poderá ser exercida por quem atender os requisitos técnicos, sem a necessidade de submissão à licitação pública — afirmou Renan.

O substitutivo determina que, depois da transferência da autorização, o veículo só poderá ser conduzido por pessoa habilitada, que preencha todos os critérios exigidos na expedição da autorização.

O texto que chegou da Câmara também atualiza a lei que trata das contribuições previdenciárias de auxiliares de motoristas autônomos (Lei 6.094/74). Pela mudança,



Senadores aplaudem votação, que também foi comemorada por taxistas (no alto)

esses profissionais contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social de forma idêntica aos contribuintes autônomos. O contrato entre o autônomo e os auxiliares será de natureza civil, sem vínculo empregatício.

Vários senadores consideraram que o projeto faz justiça às famílias dos taxistas, pois muitas vezes elas perdem um bem de família com a morte do dono da permissão.

— Se devido a algum acidente ou por problema de saúde o taxista vem a faltar, esse único patrimônio tem valor no mercado paralelo, mas não tem legalidade para as famílias — explicou Eduardo

Braga (PMDB-AM).

Também ressaltaram a importância da decisão a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e os senadores Acir Gurgacz (PDT-RO), Aécio Neves (PSDB-MG), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Gim (PTB-DF), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Jayme Campos (DEM-MT), João Capiberibe (PSB-AP), Marco Antônio Costa (PSD-TO), Pedro Taques (PDT-MT), Romero Jucá (PMDB-RR), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Sérgio Petecão (PSD-AC), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Wellington Dias (PT-PI), que ressaltou os problemas causados pelo comércio informal do direito de exercer a atividade de taxista.

Falta de acordo impede votações do Congresso

Sem acordo entre os líderes partidários sobre a pauta, não houve a sessão do Congresso programada para ontem. O comunicado foi feito pela primeira-vice-presidente da Câmara, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES). Na sessão, seriam examinados projetos para abertura de créditos ao Orçamento de 2012. A deputada não informou sobre a convocação de nova sessão.

Segundo Paulo Paim, proposta faz justiça aos profissionais do setor

Pouco antes da aprovação do projeto de lei que permite a sucessão familiar no serviço de táxi (PLS 253/09), Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário a iniciativa como forma de fazer justiça aos taxistas, que passam a ter um direito “que já era deles”.

— Isso para que, na falta desse profissional ou por motivo outro que não possa mais dirigir, ele possa passar a concessão para

alguém — justificou.

Paim citou um caso de Porto Alegre como exemplo da importância da proposta.

— Trabalhavam o pai e o filho; o pai morreu e a concessão não ficou para o filho, que era quem mantinha a família dirigindo o táxi.

Paim elogiou ainda o PLS 168/11, que garante direitos da pessoa autista, que também foi aprovado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lídice quer debater proteção aos empregos na indústria calçadista



Waldemir Barreto/Agência Senado

O fechamento de fábricas na Bahia, devido à concorrência dos calçados da Ásia, foi lamentado por Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora destacou que, só no município de Firmino Alves, cerca de 80% da mão de obra formal ficará desempregada. Lídice anunciou requerimento, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de uma audiência com a presença do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, para debater a possibilidade, defendida pelo sindicato da indústria calçadista na Bahia, de sobretaxar os produtos asiáticos.

Cidinho parabeniza nova diretoria de associação de produtores de algodão



Waldemir Barreto/Agência Senado

A nova diretoria da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), eleita para o biênio 2013—2014, foi saudada por Cidinho Santos (PR-MT). De acordo com o senador, graças à ação da Abrapa, o Brasil conseguiu deixar, em 2001, a situação de importador de algodão para se tornar exportador e o quinto produtor mundial. Cidinho reclamou de portaria do Ibama que proíbe a aplicação aérea de diversos inseticidas utilizados na cultura do algodão, o que, segundo ele, deverá provocar uma queda brutal na produção.

Moka defende indenização maior a agricultor que deixar terra indígena



Waldemir Barreto/Agência Senado

Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu a ampla indenização de produtores rurais que estão obrigados a deixar propriedades reivindicadas pelos índios guaranis-caiúas em Mato Grosso do Sul. Para ele, a União tem de pagar não só pelas benfeitorias, mas pela terra nua. A Constituição, nesses casos, não prevê a indenização da terra nua — por se tratar de terra da União —, mas só das benfeitorias. — Em Mato Grosso do Sul não é essa a situação. Getúlio Vargas constituiu aldeias, e o resto do território foi colonizado por portadores de títulos legítimos da terra.

Acordo de líderes libera votação pelo Plenário de indicado ao CNMP

Líderes partidários fecharam acordo ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para não suspender a votação em Plenário da recondução de Luiz Moreira Gomes Júnior ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

No entanto, essa etapa do processo estaria condicionada à coleta de depoimentos pela CCJ dos procuradores da República Helio Telho Corrêa Filho e Matheus Baraldi Magnani. Eles são apontados por Moreira Júnior como participantes de um esquema para impedir a recondução.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) conduziu o acordo e sugeriu que os

depoimentos fossem agendados para a próxima semana, mas o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), não confirmou datas e disse que a Mesa do Senado não está obrigada a seguir o entendimento obtido na comissão.

Segundo o senador José Pimentel (PT-CE), a demora do Senado causa mal estar na Câmara, autora da indicação. Deputados estariam articulando obstruir a votação de todos os projetos do Senado em tramitação naquela Casa. Esse movimento gerou protestos dos senadores Pedro Taques (PDT-MT), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG).



Senadores da CCJ acertaram que votação se dará depois de audiência pública

Justiça Federal deve ganhar três varas no Amapá

O Plenário aprovou ontem o projeto que cria três varas na jurisdição do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, a serem instaladas em Macapá.

A proposta (PLC 115/12), que segue à sanção, já havia sido aprovada pela manhã na CCJ.

Encaminhado ao Congresso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o projeto também prevê a criação de seis cargos de juiz federal, 58 de analista judiciário, 13 de técnico judiciário, 3 cargos em comissão e 53 funções comissionadas (das quais 42 serão alocadas na Seção Judiciária do Amapá e 11 nas demais estruturas do TRF da 1ª Região).

Mozarildo propõe carreira específica de juiz eleitoral



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou ontem ter apresentado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 64/12, que cria quadro próprio de magistrados para a Justiça Eleitoral.

O senador disse que a Justiça Eleitoral é a única sem uma carreira específica e defendeu concurso público para a área. A função de juiz eleitoral é exercida atualmente por juízes estaduais.

— Fica uma espécie de Justiça de rodízio. Já que temos uma Justiça Eleitoral, então que seja uma Justiça de carreira — opinou.

Adams anuncia medidas para evitar irregularidades

Advogado-geral da União reconhece que errou ao confiar em seu adjunto, José Weber Holanda, preso na Operação Porto Seguro. Senadores também ouviram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo

O ADOVADO-GERAL DA União, Luís Inácio Lucena Adams, disse aos senadores que errou ao confiar no adjunto dele, José Weber Holanda, preso pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro e acusado de participar de esquema para a venda de pareceres técnicos no âmbito da administração pública federal. Adams prometeu mudanças e aperfeiçoamentos de processos da Advocacia-Geral da União (AGU) para evitar que casos similares venham a acontecer.

Os senadores também ouviram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em audiência que durou quatro horas, realizada conjuntamente pelas Comissões de Infraestrutura (CI), Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA) e Constituição e Justiça (CCJ).

Adams negou que tenha intenção de deixar o cargo.

O advogado-geral disse que a AGU não é “fraca”, como afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR), e que foi inclusive premiada pela atuação no combate à corrupção. Adams lembrou ainda o fato de a AGU ter conseguido que o STF revisse o parecer que “colocava as medidas provisórias em cheque”.

Adams fez um histórico das ações do adjunto que estão sob suspeita, como as que envolvem interesses do ex-senador Gilberto Miranda nas Ilhas dos Bagres e das Cabras e ainda a empresa portuária Tecondi.

O advogado-geral explicou que as decisões de Weber, “mesmo que não estivessem necessariamente erradas, têm vício, já que foram adotadas a partir de processo considerado promíscuo”. Adams informou que foi estabelecido um sistema de “pente fino” em 40 mil atos na AGU e constatou-se que

houve 942 manifestações de Weber. Dessas, 40 estão sendo submetidas a revisão.

— Weber era responsável por encaminhar e colocar em tramitação as demandas que a AGU recebe dos órgãos da administração pública, mas não tinha poder de decisão. Suas manifestações jurídicas precisavam da aprovação do advogado-geral ou do corregedor-geral da União.

Segundo Adams, os três processos nos quais se identificou “relacionamento promíscuo entre agentes públicos” foram suspensos e colocados em revisão após a Operação Porto Seguro. Sobre uma decisão que teria beneficiado as empresas do ex-senador Luiz Estevão, na AGU, Adams revelou que Weber participou de reuniões, mas não deu pareceres, já que o processo estava a cargo do Departamento de Patrimônio Público.

Polícia Federal seguiu regras democráticas, garante ministro

A Operação Porto Seguro, da Polícia Federal (PF), que desvendou um esquema de venda de pareceres fraudulentos no âmbito da administração pública, foi realizada de forma “rigorosa e fiel às normas e regras constitucionais, republicanas e do estado democrático de direito”, disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Na audiência conjunta da CCJ, da CI e da CMA, Cardozo disse que só soube da ação horas antes da deflagração. Ele foi informado pelo diretor-geral da PF, Leandro Daiello Coimbra, do início da ação que atingiria órgãos federais. Em seguida, informou a a presidente da República, Dilma Rousseff, sobre a operação.

Quanto aos detalhes, como órgãos e pessoas atingidas, Cardozo teria sido informado apenas meia hora antes do cumprimento dos mandatos de prisão, busca e apreensão, como determinam as normas.

— As regras foram rigorosamente seguidas. A Polícia Federal tem se notabilizado por ser uma polícia republicana que age independentemente da cor partidária e da condição econômica dos réus. Quando uma operação atinge membros da oposição, como na Monte Carlo, a imprensa me acusa de instrumentalizar a polícia. Agora que a Operação Porto Seguro atinge governistas, a imprensa me acusa de ter perdido o controle da PF — sublinhou.

Quanto a Rosemary Noronha, ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo, Cardozo disse que não houve “blindagem política”. Ele explicou que o inquérito, ainda em andamento, poderá ter ampliado o rol

de investigados e indiciados.

— A lei foi cumprida. Não aceito abusos e ilegalidades e jamais interferiria nos trabalhos da PF — garantiu o ministro.

Pedro Taques (PDT-MT) disse que a negociação de cargos públicos por parte de Rosemary “torna evidente que ela é membro da quadrilha”.

— A PF protegeu Rosemary por ela ser amiga do ex-presidente Lula? Se houve busca e apreensão na casa e no escritório dela, por que ela não foi presa? Ela negociava cargos no governo, por que não houve interceptação telefônica? — perguntou.

Cardozo respondeu que Rosemary foi vista pela investi-

gação como uma servidora cooptada pela quadrilha, mas não como integrante dela, porque não participava de todas as ações. As interceptações telefônicas

teriam sido pedidas pela PF à Justiça em março de 2012, quando os indicados por Rosemary para agências reguladoras já estavam nomeados.

O ministro enumerou os 18 indiciados em razão da Operação Porto Seguro, os cargos e os crimes do qual são acusados. Seis pessoas foram presas, cinco servidores exonerados e outros cinco, afastados.

Apesar de considerar a “equipe da presidente Dilma muito fraca e aquém das necessidades do país”, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o ministro Cardozo é uma “honrosa exceção”. O senador afirmou que a PF é historicamente eficiente e competente, mas disse que os órgãos e mecanismos governamentais de fiscalização e controle não são eficientes.

Cardozo explica a Operação Porto Seguro e diz que investigação não sofreu interferência



Eunício (C) ouve Adams (E) e Cardozo, que prestam informações sobre a Operação Porto Seguro à CI, à CMA e à CCJ

Senadores questionam passado de Weber

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) manifestou desconfiança quanto às declarações do advogado-geral de que desconhecia os atos imputados a José Weber. O senador disse que processo que corria contra Weber no Superior Tribunal de Justiça (STJ) não está arquivado.

— Qualquer ministro tem conhecimento da vida pregressa, de processo a que respondeu

alguém que ele indica — disse.

Adams respondeu que não viu problemas na nomeação porque o STJ, “com parecer favorável do Ministério Público Federal”, trancou o processo contra Weber. Ele admitiu haver outro, com as mesmas acusações de improbidade, mas que ainda não foi aceito pelo juiz responsável.

Pedro Simon (PMDB-RS)

considerou insuficientes as explicações de Adams. João Costa (PPL-TO) considerou que Adams não pode ser responsabilizado por atos de José Weber.

Eduardo Braga (PMDB-AM) afirmou que Adams mostrou “com transparência” não ter escondido informações dos senadores e que a AGU “está reagindo” ao revés com fortalecimento institucional.



Pedro Simon (PMDB-RS) lançou ontem o livro *O Momento Supremo do Brasil – A Justiça conquistada: das CPIs ao julgamento do mensalão*. A obra trata de corrupção, de CPIs, do papel da imprensa e da Justiça. Além de senadores, participaram da sessão de autógrafos o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio e o ex-presidente e ministro aposentado do STF Carlos Ayres Britto.

Alvaro pede que governistas apoiem CPI sobre Operação Porto Seguro



Wladimir Borretto/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem um apelo, em Plenário, para que os senadores da base governista assinem o requerimento

de instalação de CPI para investigar o esquema desmontado pela Operação Porto Seguro.

— Temos de combater este sistema e, se o governo quer adotar uma postura de sinceridade no ato de investigar, para corrigir e punir, deveria autorizar os seus representan-

tes no Congresso a assinarem a comissão parlamentar de inquérito — afirmou

A oposição começou a recolher assinaturas e precisa do apoio de 27 senadores para que a CPI possa ser criada.

Para o senador, a comissão completaria o “tripé” da investigação das denúncias, ao lado da Polícia Federal e do Ministério Público.

João Costa (PPL-TO) posicionou-se contrário à criação de uma CPI sobre a Operação Porto Seguro. Para ele, a PF e o Ministério Público já estão investigando com eficiência o caso.